FOLHA DE SÃO PAULO | 07/03/19 | MERCADO

Década perdida

LAURA CARVALHO

Segundo os últimos números divulgados pelo IBGE, a economia brasileira cresceu no ano passado ao mesmo ritmo que havia crescido em 2017, ou seja, 1,1%.

A diferença é que dessa vez, o crescimento veio muito abaixo das expectativas de mercado, que em janeiro de 2018 giravam em torno de 2,7%.

O resultado reforça nossas previsões mais pessimistas: a crise deu lugar a um quadro de estagnação da renda per capita, que por sua vez é fruto de uma insuficiência crônica de demanda.

Do lado das famílias, o alto desemprego e as desigualdades crescentes impedem a retomada do consumo.

No setor externo, as guerras comerciais e a desaceleração global dificultam ainda mais nosso desempenho exportador. Em situações como essa, somente o Estado poderia dar alguma injeção de ânimo ao mercado interno.

Se elevasse impostos sobre os mais ricos e e xpandisse investimentos públicos em infraestrutura, por exemplo, garantiria um alto efeito multiplicador sobre a renda e o emprego sem nenhum prejuízo às contas públicas. Ao contrário, atou as próprias mãos por meio de um teto de gastos que comprime cada vez mais a margem para investimentos sem nem sequer garantir a estabilidade da dívida pública.

Por fim, como se não bastasse, o Banco Central tratou de interromper o ciclo de queda da taxa de juros apesar do cenário de inflação baixa.

Diante do crescimento lento das vendas e do endividamento acumulado durante o ciclo anterior, os juros mais baixos seriam o último feixe de esperança para ativar investimentos privados.

As perspectivas de mais uma década perdida em nossa história poderiam estar mobilizando um rico debate econômico em torno de possíveis saídas. No entanto, desde 2015, a crise tem sido debatida a partir de diagnósticos e soluções simplistas, que não condizem com sua profundidade.

Primeiro, bastaria tirar o PT do poder para reanimar investidores. O impeachment veio, e a recessão em 2016 acabou sendo da mesma magnitude que em 2015.

Depois, bastaria aprovar o teto de gastos, que devolveria a credibilidade ao Estado brasileiro e, assim, traria confiança aos empresários para investir.

Sem observar a tão esperada retomada dos investimentos, o governo acabou liberando o saque de contas inativas de FGTS e do PIS/Pasep, conferindo ao menos algum estímulo ao consumo em meio à recuperação mais lenta da história das crises.

Desde então, a bala de prata tornou-se a reforma da Previdência. Uma coisa é defendê-la como forma de corrigir a tendência de crescimento das despesas oriunda do envelhecimento populacional ou as injustiças que ainda restaram no sistema.

Outra coisa, bem diferente, é acreditar que a reforma vai resolver a crise. Conforme mostram as diversas simulações já realizadas, nem a reforma em sua versão original abriria espaço para a expansão de outros investimentos públicos.

O máximo que irá lograr é reduzir o ritmo em que o Orçamento para as outras áreas vem sendo espremido pelo teto de gastos.

O que as sucessivas frustrações já deveriam ter ensinado aos analistas é que nem tudo aquilo que gera agitação no mercado — impeachment, novo regime fiscal, reforma da Previdência ou eleição de Bolsonaro— faz as famílias consumirem e as empresas exportarem e investirem mais.